



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 112/93 - PCMP.

REGULAMENTA O PARÁGRAFO 6º  
DO ART. 35 DA LEI ORGÂNICA  
DO MUNICÍPIO DE PARINTINS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, no uso de  
suas atribuições legais, etc.

FAZ saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS,  
em sessão realizada dia 08 de outubro de 1993 - APROVOU a  
Seguinte,

L   E   I:

Art. 1º - Os critérios para indenizações das  
despesas dos Agentes Políticos, previstas no art. 35, pará  
grafo 6º da Lei Orgânica do Município de Parintins, são os  
estabelecidos na presente Lei Complementar.

§ ÚNICO - Entende-se como despesas dos Agen  
tes Políticos, aquelas realizadas com autorização expressa  
do Poder Legislativo, excluídas as despesas efetivadas pelo  
Executivo que serão regulamentadas por Decreto do Prefeito  
Municipal.

Art. 2º - As indenizações previstas no art.  
1º desta Lei, abrangerão despesas com diárias, passagens,  
hospedagens, a Vereadores no pleno exercício do mandato, sem  
pre que se deslocarem para fora da Sede do Município e não  
integrarão a remuneração dos mesmos.

§ ÚNICO - Estende-se aos funcionários da Câ  
mara Municipal o direito a percepção das vantagens previs  
tas neste artigo, sempre que o deslocamento ocorrer à servi  
ço e com autorização da Presidência da Câmara Municipal.





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

2/

II.

**Art. 3º** - Os Vereadores e o Prefeito Municipal, no exercício do mandato, perceberão no início de cada período legislativo, verba de representação equivalente ao valor de sua remuneração, para fazer face as despesas com vestuário, independente de comprovação das despesas efetuadas.

**Art. 4º** - Através de Decreto Legislativo, o Plenário da Câmara Municipal de Parintins, estabelecerá, os valores de cada diária e o limite de passagens a serem utilizadas por cada Vereador ou Servidor da Câmara.

**Art. 5º** - As despesas previstas nesta Lei, ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo, respeitada as limitações legais.

**Art. 6º** - Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL em, 14 de outubro de 1993.

Raimundo Reis Ferreira  
PREFEITO DE PARINTINS/AM

AT/tmg.